

A carta venezuelana no Mercosul

5 de Julho, 2012 - 00:47h

A decisão sobre a entrada da Venezuela no fim de julho como membro pleno do Mercosul excede em muito a crise paraguaia. Será difícil para a oposição venezuelana, na campanha eleitoral, atribuir a Hugo Chávez uma política de isolamento internacional. Por Martín Granovsky, da Página/12

Os membros plenos do Mercosul definiram algo que os presidentes do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai já tinham resolvido: fixaram uma data para a incorporação da Venezuela ao Mercosul como o quinto membro do grupo com todos os direitos e obrigações. A diferença é que, desta vez, o Paraguai não participou da decisão porque, justamente, viu suspensos parte dos seus direitos e obrigações. Até então, o Senado paraguaio vinha travando a integração de Caracas. Era a única das oito câmaras legislativas dos quatro membros plenos que se opunha à ratificação do acordo firmado pela presidência. Mas a decisão de agregar a Venezuela excede em muito a crise paraguaia.

??Os dois maiores países da região, Brasil e Argentina, conceberam a entrada venezuelana durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner. Trata-se da terceira economia da América do Sul, fecha um bloco que articula o extremo sul com o extremo norte do continente, contribui para a solidez energética por seu caráter de membro da Organização de Países Exportadores de Petróleo e não apresenta obstáculos comerciais porque não tem firmado nenhum tratado de livre comércio com terceiros países, como é o caso de Colômbia e Peru, entre outros, com os Estados Unidos.

??A data escolhida, 31 de julho, já em plena presidência pro tempore do Brasil no Mercosul, terá incidência política. A Venezuela adiantou dois meses as eleições presidenciais programadas inicialmente para dezembro e as realizará em outubro, ou seja, menos de três meses depois da sua entrada como membro pleno do Mercosul. Será difícil para a oposição venezuelana construir parte de sua campanha eleitoral querendo atribuir a Hugo Chávez uma política de isolamento internacional.

??A proximidade entre o 31 de julho e as eleições de outubro fortalece Chávez politicamente. Mais ainda: em função do cancro, Chávez precisa realizar demonstrações de poder o mais perto possível das eleições. E um encontro internacional no Rio de Janeiro, com Dilma Rousseff como anfitriã, pode funcionar como um modo mais de construção política regional para o atual presidente venezuelano. Não é que isso defina as eleições. Como ficou demonstrado, se ainda fosse preciso fazê-lo, pela crise paraguaia, as intervenções políticas externas podem ser preventivas ou dissuasivas só como acréscimo de uma realidade interna. O que manda é esta. Isso acaba de ser confirmado também pela solução da sublevação policial boliviana. Evo Morales, com poder político, decisão, apoio parlamentar e construção

própria pode encontrar uma solução e negociar o fim do conflito. Para Fernando Lugo, em troca, foi impossível travar a última tentativa de julgamento político e ele acabou destituído.

??Uma teoria sobre a Venezuela é que Brasil e Argentina exercem tutela sobre Chávez, uma espécie de irmão menor desvairado que precisa do controle dos mais velhos. É certo que nenhum desses países tem simpatia, por exemplo, com os contatos da Venezuela com o regime iraniano. Mas nem Buenos Aires nem Brasília podem intrometer-se nos assuntos internos da Venezuela. Também é certo, ao mesmo tempo, que a integração gera laços capazes de mediar atitudes. Uma Venezuela mais conectada física, económica e politicamente ao resto da América do Sul pode fazer com que o seu governo pense mais antes de tomar certas decisões. De facto, esse tipo de assunto costuma fazer parte das conversas íntimas e sinceras entre presidentes. Antes, com Lula e Kirchner. Agora, com Dilma e Cristina.??

Um papel chave será desempenhado por Alí Rodríguez, várias vezes ministro de Chávez, ex-secretário da OPEP e novo secretário da União Sulamericana de Nações, sucedendo um instável mandato da colombiana María Emma Mejía. Rodríguez disse ao jornal Página/12 que a América do Sul deve unir-se em defesa de seus recursos naturais e em busca de maior desenvolvimento e de níveis mais amplos de justiça. Ele é assessorado na Unasul pelo argentino Rafael Follonier, que cumpriu as mesmas funções quando Kirchner mediou o conflito entre Colômbia e Venezuela, evitando uma guerra em 2010, e que mantém o seu status de secretário de Estado na Casa do Governo argentino.

??A América do Sul, pelo que se vê, ainda tem cartas para jogar em meio ao furacão da economia mundial. Tantas que nem sequer a deposição ilegal de Lugo e sua substituição por Federico Franco foram capazes de arruinar o jogo.??

Tradução: Katarina Peixoto. Publicado na Carta Maior ^[1]

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/carta-venezuelana-no-mercosul/23817?page=0>

Ligações:

[1] <http://www.cartamaior.com.br>